

## Cruzar oceanos para salvar almas

*Crossing oceans to save souls*



SÁ, Isabel dos Guimarães. O regresso dos mortos: os doadores da Misericórdia do Porto e a expansão oceânica (séculos XVI-XVII). Lisboa: ICS: Imprensa de Ciências Sociais, 2018, 331p.

**P**rofessora associada do Departamento de História da Universidade do Minho, há décadas Isabel dos Guimarães Sá dedica-se ao estudo das misericórdias fundadas no Império português, segundo uma perspectiva comparada. Ao lado de Laurinda Abreu, Maria Antónia Lopes, Maria Marta Lobo de Araújo e outros, a autora pertence a uma geração de historiadores que praticamente inaugurou os estudos acadêmicos sobre as misericórdias em Portugal. No vasto número de publicações que já desenvolveu sobre a temática, constitui uma referência incontornável para os historiadores modernistas o estudo que, baseado na análise da associação fundada em Lisboa, abordou os contextos de fundação e as práticas de caridade de filiais da Misericórdia fundadas no arquipélago açoriano, em Goa e na Bahia (Sá, 1997). Essa linha de estudos comparativos acerca das associações locais da Misericórdia estabelecidas na Europa, na América Portuguesa e no Oriente iniciou-se, conforme mostrou a própria autora em outro estudo recente, nos trabalhos clássicos que Charles R. Boxer e John Russell-Wood publicaram na década de 1960 (Sá, 2017). A obra que se espera aqui apresentar aos leitores igualmente se beneficia do olhar ampliado sobre uma

\* Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3915790591747739>.



instituição que acompanhou de perto a presença portuguesa em diferentes continentes.

Não obstante as linhas de continuidade assinaladas face aos estudos citados, a autora inova no tratamento de um tema que tem despertado crescente atenção por parte da historiografia portuguesa e brasileira. O objeto do presente estudo é constituído por diferentes doadores da Misericórdia do Porto que, vivendo na América Portuguesa ou no Oriente, beneficiaram a referida associação com legados testamentários ou simplesmente a instituíram como executora de diferentes atividades de caridade e de celebrações de missas para a salvação das almas. Para dar conta do novo objeto, afastou-se um tanto das abordagens da história das instituições, aproximando-se dos estudos da microanálise e das histórias conectadas. Efetivamente, a metodologia voltada para os estudos de casos e para as trajetórias parece ser a mais adequada ao recorte pretendido pela autora, que tenta agora reconstituir as individualidades, de resto pouco presentes nos estudos consagrados sobre as misericórdias: “quando se parte de baixo para cima, do indivíduo para o grupo, obtemos personalidades complexas, singulares, difíceis de encaixar em estereótipos de grupo ou ordem social” (p. 18).

A obra de Isabel dos Guimarães Sá está dividida em dez capítulos, em que os cinco primeiros tratam de questões mais gerais envolvendo os doadores da Misericórdia do Porto, enquanto os restantes os agrupam em perfis diversos, separando-os por conjuntos familiares ou a partir das regiões ultramarinas em que haviam feito fortuna. As questões referentes às heranças, aos rituais fúnebres, às fontes e metodologia, tratadas, respectivamente, nos capítulos um, três e cinco, encontram-se alinhadas nos parágrafos seguintes. Este, por sua vez, será dedicado à análise do capítulo dois, que se debruça sobre o cenário da cidade do Porto, deixando-se para o final do texto a discussão das trajetórias e estudos de caso, abordados nos capítulos de seis a dez. A cidade do Porto constituía um centro de comércio marítimo de médias proporções, que nem de longe rivalizava com Lisboa. Segundo a autora, o “grupo de mercadores tendeu a assimilar valores nobiliárquicos durante o século XVI, abandonando muitas vezes o trato marítimo” (p. 38). Processo análogo ocorreu em outras áreas de colonização portuguesa, com efeitos também semelhantes: afastamento do capital das atividades produtivas e imobilização do mesmo em terras e imóveis urbanos, que geravam rendas aos possuidores (Fragoso e Florentino, 1993). Fundada em princípios do século XVI, apenas em meados da referida centúria a Misericórdia do Porto adquiriu maior visibilidade, após incorporar vários hospitais locais.

Um dos principais componentes que a autora utilizou para compor o mosaico de trajetórias selecionadas encontra-se no registro de bens materiais pertencentes aos doadores da Misericórdia do Porto. Para tanto, Isabel dos Guimarães Sá recorreu aos testamentos que a associação preservou em seus arquivos para dar cabo das últimas vontades dos indivíduos. O principal fundo documental trabalhado pela autora consiste nos livros das testamentarias administradas pela Misericórdia, que continham não somente o traslado do testamento dos doadores, como também outros registros que davam testemunho, por anos a fio, da execução das últimas vontades. Tanto as misericórdias quanto as ordens terceiras parecem ter se especializado na referida tarefa, cuja complexidade implicava elevado grau de organização (Martins, 2009, p. 247-283).

Em diversas das trajetórias individuais documentadas, a autora buscou mapear, entre



outros objetos, a posse de bens exóticos, aproximando-se dos estudos de cultura material. A este respeito merece particular destaque a presença do coco das Maldivas entre os bens de D. Lopo de Almeida, considerado o maior benfeitor da Misericórdia do Porto. Utilizado como cálice, acreditava-se que o referido fruto podia neutralizar a ingestão de venenos (p. 127). Nos testamentos e nos inventários organizados após o falecimento, os registros muitas vezes referem uma intensa circulação de bens materiais de variada proveniência, assunto que já mereceu pelo menos uma rica abordagem (Russell-Wood, 1998, p. 193-226). Por meio de uma documentação de natureza administrativa e notarial, em que diversos objetos pertencentes aos mortos eram, em regra, demoradamente descritos e avaliados, a autora aventura-se a identificar as marcas pessoais dos referidos sujeitos:

*Embora houvesse uma panóplia de bens disponível segundo o poder econômico e social, gênero ou libido, a verdade é que o tipo de atividades desenvolvidas, e, o que é mais importante, as escolhas individuais de cada um, interferiam na sua aquisição, implicando a autoconstrução de uma individualidade (p. 22).*

Toda a riqueza dos doadores constituída por objetos e imóveis era convertida em numerário ou em apólices da dívida pública da monarquia, que rendiam juros à instituição. Na posse desses recursos materiais, a Misericórdia do Porto e outras instituições religiosas nomeadas pelos doadores nos respectivos testamentos satisfaziam os complexos rituais fúnebres, as obras de caridade e demais legados. A contínua conversão de mercadorias em bens de valor simbólico fazia parte da chamada “economia da salvação”, conforme indicou Ana Cristina Araújo (1997, p. 387). Por sua vez, Isabel dos Guimarães Sá prefere conceber tais relações a partir da “economia do dom”:

*Marcel Mauss integrou a caridade na economia do dom: as relações estabelecidas entre o doador e o receptor exigem sempre uma contradívina. Dessa forma, assume-se que a caridade cria relações recíprocas, ainda que o tipo de bens trocados não seja sempre da mesma natureza. No caso das misericórdias, o doador trocava bens econômicos por bens espirituais, contratando missas por alma ao promovendo o auxílio aos pobres (p. 15).*

As maiores heranças recebidas pela Misericórdia do Porto provinham das regiões ultramarinas. Para explicar por que os testadores escolhiam beneficiar a referida associação, a autora propõe duas hipóteses: a primeira, de caráter afetivo, ligada às raízes familiares dos doadores no norte de Portugal. Depois de viverem em distantes domínios marítimos, os doadores se lembravam, às vésperas da morte, do local de nascimento, beneficiando-o com legados testamentários. Na segunda hipótese pesavam as razões práticas, devido à facilidade



da Misericórdia de resolver pendências jurídicas, decorrentes da execução dos testamentos, como em agilizar cobranças e pagamentos, para o que contava com diversos procuradores e letrados, apoiando-se também na rede pluricontinental de misericórdias espalhadas entre a Bahia e Macau. A este respeito, uma das novidades do estudo da autora é evidenciar o papel semioficial das misericórdias como procuradoras de defuntos (p. 34-35).

Para as misericórdias e demais instituições religiosas, o doador que trazia mais vantagens patrimoniais era aquele destituído de herdeiros. Neste caso, podia dispor da totalidade dos bens materiais que tinha acumulado para propiciar a salvação da própria alma e beneficiar diversos indivíduos, com os quais estabelecera vínculos afetivos. Foi o que ocorreu com Pedro Lopes Nogueira, que elaborou seu testamento em 1674 na cidade de Salvador da Bahia: “sem herdeiros forçados, a alma seria sua herdeira universal, depois de descontados legados, esmolas e obras pias” (p. 272). Do referido espólio, a Misericórdia do Porto foi beneficiada com o legado de um conto de réis. Por vezes, alguns doadores escolheram a associação do Porto como testamenteira dos respectivos bens, isto é, a responsável pela execução das últimas vontades. Nesta categoria, encontra-se o exemplo de Manuel Tomé que, tendo escolhido a Misericórdia como testamenteira em 1627, beneficiou-a também com o legado de dois contos e quatrocentos mil réis (seis mil cruzados). Em troca, a associação comprometeu-se a mandar celebrar uma missa cotidiana no altar-mor do templo para a salvação da alma do doador (p. 212). Por fim, além da recepção de legados pontuais e da execução de testamentos, a Misericórdia do Porto podia se tornar herdeira da totalidade dos bens dos doadores. Foi o caso de João André, que vivia das atividades do tráfego marítimo. Em 1619, acrescentou uma cláusula ao testamento, declarando a Misericórdia do Porto como universal herdeira, caso o único filho, Manuel de Almeida, falecesse, o que acabou ocorrendo. Após saldar várias dívidas, e instituir uma capela de duzentas missas anuais pela alma de Manuel de Almeida, a associação arrecadou mais de dois contos de réis com a herança deixada por ambos, constituída por bens de raiz, caixas de açúcar e diversos objetos apurados no Porto e em Pernambuco (p. 228). Assim, em certo sentido, a escolha da Misericórdia significava uma garantia para a recuperação de créditos emprestados a diversos indivíduos, cujo montante constituía a maior parte da riqueza dos doadores que se entregavam às ocupações mercantis.

Os exemplos mencionados fornecem uma pequena amostra da importância que os fiéis atribuíam à celebração de missas para beneficiar a própria alma e as de diferentes indivíduos. Em que pese o papel das misericórdias no exercício das obras corporais de caridade, tais como a assistência prestada aos pobres, órfãos, presos e doentes, cujas receitas eram extraídas dos recursos de doadores, sem dúvida os sufrágios constituídos por missas e demais rituais fúnebres eram comparativamente mais importantes do que os legados caritativos (p. 78). Dentre todos os tipos de sufrágios estabelecidos em testamento, o que exigia capitais mais avultados por parte dos doadores era representado pela instituição de capelas de missas perpétuas. A capelania constituída em testamento ou em contrato intervivos implicava na celebração de certa quantidade de missas semanais ou mesmo cotidianas por parte da Misericórdia do Porto ou de outra instituição religiosa que aceitasse a incumbência. Nem sempre tinha como desdobramento a construção de novos edifícios de culto ou de altares em templos já



erigidos. Segundo a autora, 2/3 dos doadores estudados na obra, que figuravam como grandes benfeitores da Misericórdia do Porto, tinham efetuado encomendas de missas perpétuas nos testamentos. É possível compreender tais práticas sob o pano de fundo das incertezas diante da salvação e de uma verdadeira pedagogia do medo alimentada pelos representantes do clero (Reis, 1991, p. 89-113; Rodrigues, 2005, p. 31-83). A historiografia tem começado a mostrar o impacto colossal – socioeconômico, político e jurídico – assumido entre os séculos XVI e XVIII pela prática da instituição de capelas de missas perpétuas, um tema que requer ainda investigações mais amplas para Portugal e domínios (Fragoso e Guedes, 2014, p. 9-57; Rosa, 2005). Muito provavelmente a fundação de capelas e a encomenda de centenas ou, até, de milhares de missas deixadas por um único indivíduo, celebradas com o corpo presente ou ditas sucessivamente após o falecimento, propiciava aos membros do clero oportunidades significativas de rendimento, ampliando a atratividade da carreira eclesiástica e contribuindo para sua concentração nos centros urbanos (Olival e Monteiro, 2013; Neves, 1997, p. 211-326).

Com relação às trajetórias individuais, não é possível esmiuçar o perfil de todos os doadores. A autora os divide em dois grandes blocos: os que atuaram nos domínios orientais, cujos testamentos se concentram no século XVI e princípios do seguinte, e aqueles que viveram no eixo Atlântico, cujo número se expande no século XVII. Com relação ao primeiro grupo, a autora apurou a presença expressiva de elementos aristocráticos, enquanto no segundo a composição social se mostrou muito diversa: os doadores “caracterizam-se pela sua origem nos grupos populares intermédios, desaparecendo por completo nobres e fidalgos” (p. 281). Um tema de análise que aparece de maneira transversal em diferentes trajetórias merece ser destacado: as estratégias familiares de legitimação da prole e de transmissão de herança. No que diz respeito ao referido aspecto, a autora empreende uma fina análise de várias gerações da família Ferreira, do Porto: o modo como o patriarca, Pantaleão Ferreira ascende socialmente no século XVI, tornando-se vereador e provedor da Misericórdia do Porto; a descoberta de que o capitão Diogo Ferreira, filho legítimo autodeclarado de Pantaleão Ferreira e importante benfeitor da Misericórdia, era de fato seu filho natural; e da maneira como o criado do capitão, chamado Diego Ferreira, contestou o testamento do mesmo, declarando ter direito à herança como filho. Enquanto várias gerações de homens da mesma família transitaram entre o Porto, o Peru e o Oriente como soldados, comerciantes e missionários, o perfil das mulheres se caracterizou pela fixidez, sendo três freiras professoras em conventos localizados em Viana e em Trancoso. A trajetória de Filipe Correia também documenta a existência de estratégias familiares de perpetuação da riqueza. No testamento com que faleceu na cidade de Salvador da Bahia em 1654, escolheu a Misericórdia local como testamenteira, que seria responsável, entre outras atribuições, pela concessão de dotes a moças pobres no valor de 50 mil réis, enquanto as sobrinhas receberiam dotes de 400 mil réis, valor oito vezes maior. Legou à Misericórdia do Porto um capital de um conto e 600 mil réis, com o qual a referida associação deveria distribuir dotes de 40 mil réis para casar moças pobres.

Em algumas passagens, a análise das trajetórias poderia ser mais objetiva. Assim, no caso de António Rebelo Bravo (p. 199), a discussão sobre as dificuldades de arrecadação



da herança acaba deixando em segundo plano a análise dos vínculos estabelecidos com a Misericórdia do Porto. A seleção da trajetória de Eva Fernandes Monteiro (p. 224) parece um tanto problemática, na medida em que apresenta mais dúvidas do que esclarecimentos. Não obstante, tais questões estão longe de obscurecer o brilho da análise da autora que, do estudo comparado das misericórdias no Império português, avança agora em direção ao estudo comparativo das trajetórias dos doadores. A obra abre caminhos estimulantes para novas pesquisas. Em primeiro lugar, resta ainda a percorrer todo o século XVIII, quando o eixo atlântico referido pela autora passa a ocupar um plano mais relevante. Neste novo contexto, as misericórdias passam a sofrer a concorrência das ordens terceiras no plano assistencial, conforme indicou a própria autora em seu estudo já consagrado (Sá, 1997, p. 61). Sem dúvida seria interessante comparar as trajetórias de doadores da Misericórdia do Porto e de outras localidades com os de indivíduos que beneficiavam as ordens terceiras.

### Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Ana Cristina. *A morte em Lisboa: atitudes e representações (1700-1830)*. Lisboa: Editorial Notícias, 1997. 766p.

FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1993. 118p.

FRAGOSO, João e GUEDES, Roberto. Notas sobre transformações e a consolidação do sistema econômico do Atlântico luso. In: FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Brasil colonial (1720-1821)*. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 9-57, 2014.

MARTINS, William de Souza. *Membros do corpo místico: ordens terceiras no Rio de Janeiro (c. 1700-1822)*. São Paulo: Edusp, 2009. 576p.

NEVES, Guilherme Pereira das. *E receberá mercê: a Mesa da Consciência e Ordens e o clero secular no Brasil (1808-1828)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997. 419p.

OLIVAL, Fernanda e MONTEIRO, Nuno. *Mobilidade social nas carreiras eclesiásticas em Portugal (1500-1820)*. *Análise social*. Lisboa, v. 37, n. 165, p. 1213-1239, 2003.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. 357p.

RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 390p.

ROSA, Maria de Lurdes Pereira. *“As almas herdeiras”*: Fundação de capelas fúnebres e afirmação da alma como sujeito de direito (Portugal, 1400-1521). Tese (Doutorado em História Medieval).



École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, e Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2005. 716 p.

RUSSELL-WOOD, A. John R. *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1800)*. Lisboa: Difel, 1998. 425p.

SÁ, Isabel dos Guimarães. *Quando o rico se faz pobre: misericórdias, caridade e poder no Império português, 1500-1800*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997. 320p.

SÁ, Isabel dos Guimarães. Memória, mitos e historiografia das misericórdias portuguesas. In: PAIVA, José Pedro (Coord.). *Portugaliae Monumenta Misericordiarum: Novos estudos*. Volume 10. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, p. 451-500, 2017.

Enviado em: 25 de maio de 2019.

Aprovado em: 11 de julho de 2019.

